

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À POBREZA 2021-2030

Reunião Plenária do Conselho Local da Rede Social de Valongo

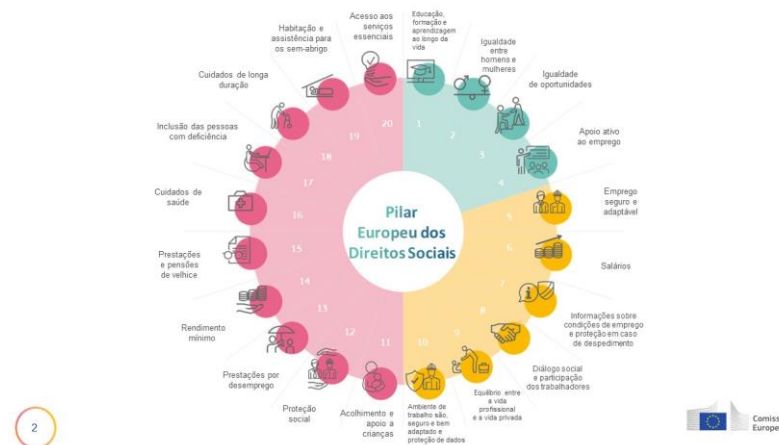
26 setembro 2025

01

ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À POBREZA

CONTEXTO

- Compromisso advindo do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS)** e dos **Objetivos da Agenda 2030**
- Inscrição no Programa do Governo
- Uma reforma inscrita no **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**



VISÃO

A pobreza constitui uma **violação dos direitos de cidadania**

A pobreza constitui um **obstáculo ao desenvolvimento económico e à coesão social**

A redução e a erradicação da pobreza implica **políticas integradas, a combinação entre políticas económicas e sociais**

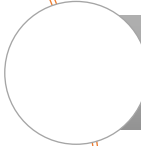
A pobreza **tem de ser prevenida e combatida em todas as suas formas**, sendo imperioso impedir a emergência de novas formas de pobreza

O combate à pobreza **capacidade de mobilizar diversos atores para além do próprio Estado Central**: as autarquias locais, as diversas instituições do setor social, as empresas.

METAS NACIONAIS ATÉ 2030



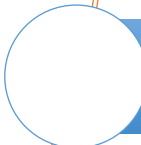
Reduzir a taxa de pobreza monetária para 10%, o que representa uma redução de 660 mil pessoas em situação de pobreza;



Reduzir para metade a taxa de pobreza das crianças, o que representa uma redução de 170 000 crianças;



Aproximar o indicador de privação material infantil à média europeia;



Reduzir para metade a taxa de pobreza monetária dos trabalhadores, o que representa uma redução de 230 000 trabalhadores em situação de pobreza;



Reduzir a disparidade da taxa de pobreza dos diferentes territórios até ao máximo de 3 pp em relação à taxa média nacional.

6 EIXOS DE INTERVENÇÃO

Reduzir a pobreza das crianças, jovens e suas famílias.

Promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistemática do seu nível de pobreza

Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza

Reforçar as políticas de inclusão social

Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local

Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional

EIXO 1 - REDUZIR A POBREZA NAS CRIANÇAS E JOVENS SUAS FAMÍLIAS



3 Objetivos estratégicos:

1.1. Garantir o acesso a bens e serviços básicos (respostas sociais e educação, saúde e habitação)

1.2. Garantir um nível de recursos básicos às famílias (mercado de trabalho, apoios sociais e competências parentais)

1.3. Garantir a participação das crianças e jovens no processo de desenvolvimento

Ex. Medidas de Política:

- Creche Feliz (gratuidade da creche);
- Criação de vagas no pré-escolar para a cobertura universal;
- Disponibilização de computadores e acesso a Internet a alunos com ASE;
- Criação de espaços de estudo acompanhado para crianças provenientes de agregados em situação socioeconómica desfavorecida;
- PLNM para alunos imigrantes;
- Atividades integradas no Programa Escolhas;
- Acesso gratuito para crianças inseridas em agregados familiares desfavorecidos a consultas de rotina através de serviços médicos de proximidade;
- Garantia níveis básicos de alimentação;
- Reforço do Abono de Família / Garantia para a Infância;
- Modelo de intervenção local integrado (Núcleos Locais da Gpl);
- Acesso aos serviços essenciais de energia (Tarifa Social de Energia; Bilha Solidária);
- Promoção de soluções habitacionais (ELH; Programa 1º Direito; Programa Porta de Entrada);
- Promover processos participativos de desenvolvimento.

**41 Medidas e
87 Atividades**



EIXO 2 – PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DOS JOVENS



1 Objetivo estratégico:

2.1. Promover desenvolvimento integral dos jovens em particular dos provenientes de contextos mais vulneráveis

Ex. Medidas de Política:

- Criação de **contingente de públicos vulneráveis** (alunos dos TEIP) para acesso ao Ensino Superior.
- Promover o acesso à cultura em particular dos mais vulneráveis (**Bilhetes Sociais, Gratuitidade de acesso a Museus**);
- Combater o desemprego jovem: Programa Compromisso Emprego Sustentável (jovens, pessoas com deficiência); Programa Avançar (jovens qualificados)
- Promoção do acesso ao mercado de trabalho de pessoas ciganas;
- Medidas de fiscalidade;
- Reforçar a oferta de habitação com renda acessível para jovens (Porta 65 Jovem; Programa Arrendar para Sub-Arrendar);
- Combater as diferentes formas de discriminação social;
- Incentivar o exercício de uma **cidadania plena** dos jovens em situação de pobreza.

18 Medidas
33 Atividades



EIXO 3 - POTENCIAR O EMPREGO E QUALIFICAÇÃO COMO FATORES DE ELIMINAÇÃO DA POBREZA



3 Objetivos estratégicos:

3.1. Integração no mercado de trabalho e promoção da qualificação

3.2. Eliminar a discriminação e a marginalização das pessoas no mercado de trabalho

3.3. Apostar na melhoria das relações e condições de trabalho: combater precariedade e a segmentação

Ex. Medidas de Política:

- Programa Qualifica, “Acelerador Qualifica”;
- Incubadoras Sociais de Emprego;
- Aumentar a qualificação, formação e empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade;
- Capacitação de públicos específicos para a inserção no mercado de trabalho (pessoas ciganas, pessoas com CAD);
- Programa de formação e qualificação para o mercado social de emprego;
- Nova Geração de CLDS;
- Programa Competências Verdes;
- Programa Emprego + Digital;
- Agenda do Trabalho Digno;
- Promover uma política salarial adequada (aumento do SMN);
- Promover a capacitação dos parceiros sociais e dos parceiros do setor social para as novas dinâmicas da negociação
- Redução da carga fiscal de IRS suportada pelas famílias.

35 Medidas
58 Atividades



EIXO 4

REFORÇAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

3 Objetivos estratégicos:

4.1. Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover a proteção social de pessoas e grupos desfavorecidos

4.2. Promover políticas públicas integradas que combinem políticas económicas e sociais

4.3. Assegurar o acesso das populações mais vulneráveis aos serviços públicos apoiados pelo sistema de proteção social.

Medidas de Política:

- Reforçar o RSI retomando o processo de convergência com a pensão social;
- Convergência do valor de referência do CSI para o limiar da linha de pobreza;
- Criação da Prestação Social Única;
- Atuar de forma integrada nas situações de múltipla exclusão associadas à precariedade laboral e habitacional das populações migrantes e populações portuguesas ciganas;
- Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário;
- Alargar a rede de equipamentos e as respostas inovadoras para as pessoas idosas;
- Respostas na área da saúde mental (RNCC)
- Plano Nacional de Envelhecimento Ativo e Saudável;
- Oferta de serviço de transporte público nas áreas de baixa densidade populacional.



20 Medidas
38 Atividades



EIXO 5 - ASSEGURAR A COESÃO TERRITORIAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL



3 Objetivos estratégicos:

5.1. Reforçar a cooperação entre todos os atores da sociedade

5.2. Reduzir os fatores de maior vulnerabilidade potenciados pelas características territoriais.

5.3. Promover a equidade e igualdade de oportunidades em todo o território nacional, assegurando medidas específicas adequadas a cada território.

Ex. Medidas de Política:

- Programas Intermunicipais para a Promoção do Sucesso Educativo;
- Projetos Inovadores – Portugal Inovação Social;
- Inclusão social através da dinamização de práticas artísticas;
- Promover a capacitação de agentes de combate à pobreza nos territórios;
- Rever e fortalecer a Rede Social, numa lógica de acompanhamento de políticas locais de combate à pobreza/Criação de equipas RADAR SOCIAL;
- Renovar os instrumentos territoriais integrados de combate à pobreza;
- Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto;
- Promover a definição, a implementação, o acompanhamento e a avaliação de objetivos e metas, de âmbito regional e/ou local, em articulação com a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza.

20 Medidas
35 Atividades



EIXO 6 - FAZER DO COMBATE À POBREZA UM DESÍGNIO NACIONAL



2 Objetivos estratégicos:

6.1. Garantir mecanismos de participação das populações em situação de vulnerabilidade no desenho, acompanhamento e avaliação da estratégia.

6.2. Assegurar uma plena integração das diferentes estratégias setoriais.

Ex. Medidas de Política:

- Modelo de monitorização e avaliação com a participação de destinatários das medidas;
- Realizar fóruns de auscultação da população, garantindo o envolvimento dos públicos abrangidos pelas medidas
- Mapear e caracterizar os projetos de intervenção social de âmbito territorial em implementação em todos os municípios;
- Impulsionar o financiamento dedicado de investigação científica sobre as relações entre pobreza, desigualdade e problemas de saúde mental, incluindo o suicídio.
- Dinamizar os municípios para a criação de Estratégias, de âmbito municipal ou intermunicipal, de combate à pobreza.

11 Medidas

22 Atividades



**NINGUÉM FICA
PARA TRÁS.**
ESTRATÉGIA NACIONAL
DE COMBATE À POBREZA



REPÚBLICA
PORTUGUESA

02

A implementação local

ENCP - Territorialização

PRESSUPOSTOS:

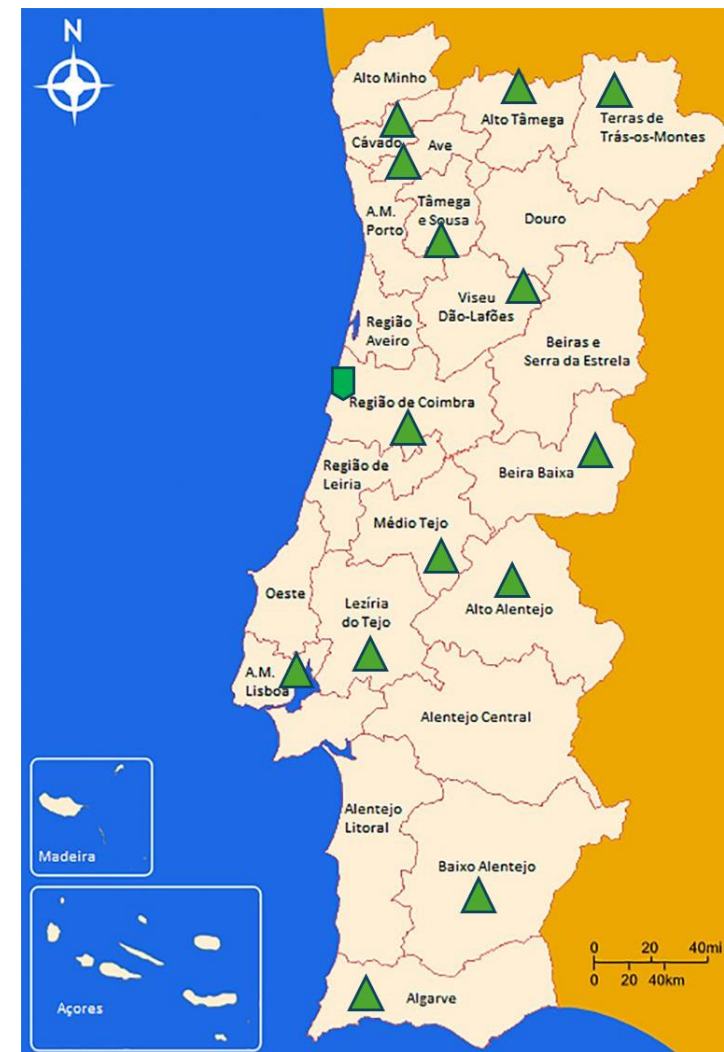
- O combate à pobreza é indissociável da transformação dos territórios;
- A proximidade representa uma mais valia se assentar numa lógica relacional capaz de promover interações continuadas e facilitadoras entre a prestação de serviços públicos e os contextos vividos pelas populações locais;
- Uma proximidade que não só responda aos problemas e às necessidades, como antecipe e previna os riscos de vulnerabilidade social e económica;
- Rede Social considerada como uma estrutura decisiva para responder à situação de pobreza e exclusão social e promover um desenvolvimento social integrado, ancorado nos contextos territoriais onde os problemas sociais ocorrem.

ENCP - Territorialização



Cartas de Compromisso

- (...)
- Promover a formação e a capacitação dos agentes locais no território – públicos, privados e do sector social.
- Conceber e implementar modelos de governação colaborativos e participativos, assentes no trabalho em rede e no envolvimento direto dos vários atores sociais, das comunidades e das pessoas em situação de pobreza;
- Conceber e implementar estratégias ou planos locais de combate à pobreza em respostas às necessidades e prioridades identificadas pelo e para o território.



ENCP - Territorialização



Fóruns Locais de Combate à Pobreza

- Aprofundar o conhecimento sobre os elementos-chave e as relações de interação que permitem compreender as dinâmicas estruturais que, beneficiam ou bloqueiam o desenvolvimento do território;
- Promoção do princípio estratégico de participação, através da dinamização de iniciativas e projetos nas Redes Sociais, que permitam uma maior proximidade aos cidadãos que vivenciam fenómenos de pobreza e de exclusão social;
- Apontar pistas para o desenvolvimento de um modelo de governação integrado, horizontal e participado (*bottom-up*), baseado em relações de confiança, diálogo e envolvimento dos diversos *stakeholders* e, em particular, de grupos que não são normalmente chamados a participar nas medidas que se destinam a satisfazer as suas próprias necessidades.

03

Monitorização e Avaliação



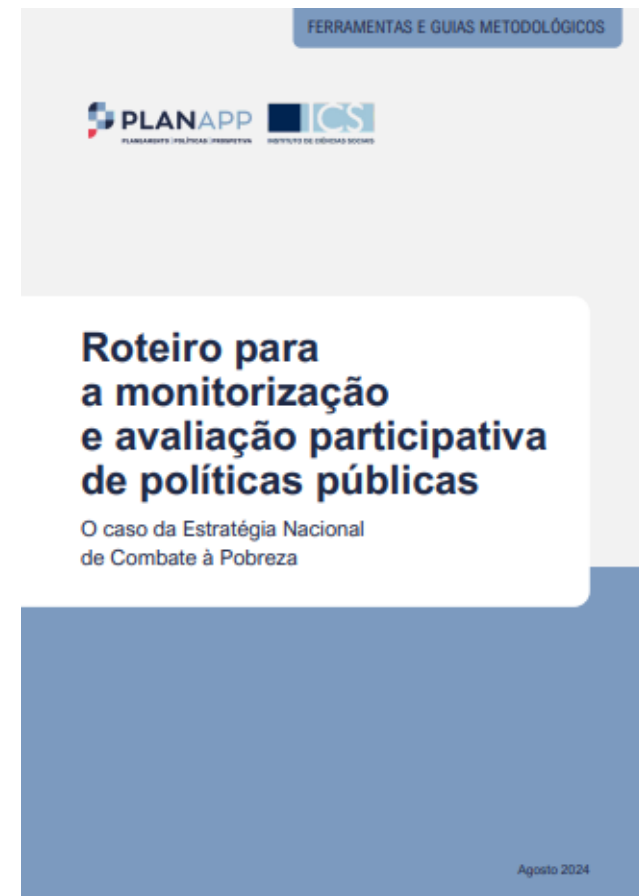
A participação das pessoas em situação de pobreza na M&A da ENCP

Atividades do sistema de M&A participativa



Sessões participativas com pessoas em situação de pobreza

	Grupo 1	Grupo 2
Entidade anfitriã	Cáritas Braga	EAPN Porto
Temática	Proteção Social	Trabalho Digno
Local de realização das sessões	Braga	Porto
N.º de sessões	5	5
N.º de participantes (grupo estável)	15-20	15-20
Grupos sociais (composição heterogénea)	Pensionistas; pessoas em situação de desemprego; pessoas com necessidades especiais; jovens institucionalizados; cuidadores informais; beneficiárias de medidas de apoio social como SAAS e RSI; migrantes; famílias monoparentais; famílias numerosas...	Trabalhadores pobres; desempregados; jovens NEET; pessoas com necessidades especiais; pessoas de comunidades ciganas; pessoas com CAD; pessoas com doença mental; ex-reclusos; pessoas com baixas qualificações; migrantes; famílias monoparentais; famílias numerosas; vítimas de violência doméstica; trabalhadores informais...



<https://www.planapp.gov.pt/wp-content/uploads/2024/08/PlanAPP-ICS-RoteiroMAP-ENCP.pdf>

Notas Finais

- A transferência de competências do Estado para as Autarquias, vem contribuir para uma nova geração de políticas participativas integradas, melhores serviços públicos e políticas públicas mais inclusivas, sustentáveis e que promovem a equidade social e territorial;
- Programa Rede Social:
 - Assume um papel central na promoção de uma visão comum para o território, agregando objetivos, recursos e realizando processos de participação e planeamento conjunto;
 - Visa assegurar que os programas de apoio integrem as perspetivas de grupos excluídos e marginalizados, com base nas suas próprias observações e conhecimentos locais, aplicados em contextos culturais e ambientais específicos;
- A Rede Social, como instrumento potenciador do trabalho em rede – assenta em princípios de participação, inclusão, colaboração interinstitucional, multissetorial e multinível – e beneficiaria de um estreito alinhamento com a ENCP e com a inclusão dos FLCP.

Valongo

Serras do Porto



Obrigada!



sandra.araujo@encp.gov.pt



300 510 779 / 300 520 131

**NINGUÉM FICA
PARA TRÁS.**
ESTRATÉGIA NACIONAL
DE COMBATE À POBREZA



REPÚBLICA
PORTUGUESA